



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001843-63.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **ROGERIO RIBEIRO DA SILVA**
 Requerido: **B2w Companhia Global do Varejo (Americanas.com)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido dois tablets através da ré, tendo um deles pouco depois apresentado vício em seu funcionamento durante o prazo de garantia.

Alegou ainda que em contato com o fabricante foi orientado a enviar o produto à assistência técnica, o que fez em 07 de janeiro p.p.

Salientou que como não teve resposta alguma desde então, não obstante vencido o prazo de trinta dias para a devida reparação, almeja à restituição do valor pago na transação.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela ré não merece acolhimento.

Isso porque a sua responsabilidade na reparação dos danos reclamados deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a hipótese vertente concerne a **vício** do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de **defeito**), pouco importando a identificação do fabricante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ela inegavelmente enquadra-se nessa condição, porquanto sua atuação viabilizou a concretização da transação em apreço, dando ao autor oportunidade e segurança a seu propósito.

Na verdade, a ré se dedica à oferta de produtos em seu site, o que encerra aspecto que inegavelmente representa importante atrativo a possíveis interessados nesse tipo de aquisição que se dá no âmbito da rede mundial de computadores.

De outra parte, a veiculação de anúncios implica atividade comercial que firma liame de ligação com as vendas encaminhadas a partir daí, sendo por isso que se consomem, o que naturalmente influenciou o autor.

Fica patenteada, portanto, a ligação da ré na cadeia de produção e em consequência não se concebe que se exima pelo que veio então a suceder.

Oportuno trazer à colação sobre a matéria o magistério de **RIZZATTO NUNES**:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção. E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto *“exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante”* (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Da mesma forma, transparece certa a competência deste Juízo para o conhecimento da causa, ao contrário do sustentado a fls. 08/09.

A controvérsia estabelecida não está adstrita ao vício do produto adquirido pelo autor, mas ao transcurso do trintídio para que fosse reparado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Por outras palavras, a efetivação de perícia era desnecessária para a definição da lide porque ela não está alicerçada no problema porventura apresentado no bem e sim na desídia em ser solucionada a situação do autor.

Rejeito, pois, as prejudiciais arguidas.

No mérito, os documentos de fls. 02/03 demonstram a aquisição do produto aludido a fl. 01, bem como seu envio para conserto em 07 de janeiro p.p.

Não pairam dúvidas sobre esses pontos, aliás não impugnados pela ré, sendo forçoso reconhecer a partir daí que o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isso porque o autor não concorreu de forma alguma para a formação do panorama traçado, de sorte que à míngua de circunstâncias que atuassem em favor da ré incide à espécie a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra do produto identificado a fl. 02 e a inexigibilidade de débito a seu respeito, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 226,14, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013 (época da compra da mercadoria), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**